

Ousar (re)existir: roupa do litígio

Elizabeth Fontoura Dorneles¹

Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O artigo trata da relação de poder estabelecida entre o presidente de uma sessão legislativa e uma vereadora afrodescendente. O fato gerador da reprimenda que sofre a vereadora é seu vestuário. Analisamos o episódio a partir da perspectiva da Análise de Discurso. Convocamos Michel Foucault para encaminhar a reflexão acerca do poder, da resistência e do dispositivo, assim como trazemos George Agamben que, a partir de Foucault, encaminha a noção de dispositivo paralela à constituição do sujeito. A análise mostra que a roupa funciona como dispositivo de poder que aciona a resistência. Aponta ainda que o presidente da sessão exerce o poder de forma distinta da vereadora.

Palavras-chave: Dispositivo; Poder; Política; Resistência.

Title: Dare (re)exist: litigation clotting

Abstract: The article deals with the relation of power established between the president of a legislative session and an afrodescendant councilwoman. The fact of the reprimand that suffers the councilwoman is her clothing. We analyzed the episode from the perspective of Discourse Analysis. We convoked Michel Foucault to direct the reflection about the power, the resistance and the device, and we as well brought Giorgio Agamben who, according to Foucault, forwards the notion of a device parallel to the constitution of the subject. The analysis shows that clothing functions as a power device that triggers resistance. It also points out that the president of the session exercises the power differently from the councilwoman.

Keywords: Device; Power; Policy; Resistance.

Roupa do Litígio

A materialidade que nos provocou para esse texto é uma notícia relativa ao mundo da política. Numa sessão da Câmara de Vereadores do município de Porto Alegre, uma suplente de vereador assume e estreia na tribuna vestida com camiseta estampada pela foto de Malcolm X. A vereadora foi eleita para suplência por partido alinhado com as questões sociais das minorias, no caso, o PSOL. Durante seu pronunciamento faz críticas aos governantes do mesmo partido do presidente da Câmara ou alinhados na mesma perspectiva de sociedade, ou seja, MDB, ainda PMDB, e PSDB. Os alvos são o presidente da República, o governador do

¹ Doutora em Letras, pelo PPG Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz.

E-mail: edorneles@unicruz.edu.br

estado do Rio Grande do Sul o prefeito de Porto Alegre. “Tão logo subiu à tribuna, ela foi repreendida pelo vice-presidente da Casa Legislativa, vereador Valter Nagestein (PMDB), que considerou a vestimenta inadequada” (Correio do Povo, 21/04/2017, p. 3). Como diz a própria notícia, “A atitude inesperada do peemedebista acabou interrompendo a sessão e ocasionou bate-boca entre os vereadores”.

Estamos olhando para o episódio e vendo nele um espaço de disputa de lugar discursivo (DORNELES, 2017) na qual são convocados distintos dispositivos de poder. A camiseta que a vereadora usava significa o mote para que o presidente acione o dispositivo que traz, como parte de seu “conjunto decididamente heterogêneo que engloba” (FOUCAULT, 1979, p. 244), o discurso da lei, o da tradição, dos costumes, mais a história da trajetória das mulheres na política e do escravagismo no mundo e no Brasil. Por outro lado, a roupa dispara entre os participantes da sessão legislativa, como já vimos, contestação ao ato do vice-presidente. O exercício do poder sobre a vereadora, a convocação de um dispositivo, organiza a contraposição, a resistência.

Antes de irmos para a explicitação das noções fundamentais para análise, cabe situar o leitor na configuração da estampa que adorna, não só a camiseta, mas também a posição militante da vereadora. O líder negro norte-americano Malcolm X, ativista político e religioso, nasceu em Nebraska, Estados Unidos, em 1925. Sua família passou por inúmeras dificuldades, o que ocasionou sua internação em orfanatos. Abandonou a escola no final da primeira fase de escolarização. Fez percurso pelo submundo do crime e chegou a ser considerado mentalmente desqualificado, tendo em vista que se fingiu de louco durante uma consulta ao psiquiatra. Por isso foi dispensado do serviço militar. Quando preso, acusado de furto e porte de armas, conheceu a Nação Islã (NOI) e converteu-se ao islamismo. A seita “defendia o separatismo entre negros e brancos, uso da violência como defesa e pregava a superioridade negra” (ALMANAQUE, s/d, p. 74). Após sair da prisão, troca o nome de Malcom Little por Malcolm X. Os adeptos da seita negavam-se a usar o nome de batismo, alegando que o mesmo remetia a raízes da escravidão. Conquistou lugares de destaque dentro da organização religiosa.

Foi nomeado ministro e viajou por diversos países fundando templos e disseminando as ideias da NOI. Seus discursos eram incisivos e provocadores. Declarava abertamente ódio a “América Branca” Suas ideias chegaram a ser utilizadas por movimentos com “Black Power” e “Panteras Negras” (ALMANAQUE DA CULTURA NEGRA, s./d., p. 74).

Após abandonar a seita por divergências com seu líder, Elijah Muhammad, funda uma nova organização e conquista vários dissidentes da NOI. Muda novamente de nome e passa a defender a tolerância racial. Morreu em 1965.

A camiseta usada pela vereadora fez ressoar toda essa trajetória de marginalidade, de religiosidade, de escravagismo, de separatismo vivido pelas populações negras do Brasil, mas

também exemplo de liderança e resistência. Provoca um dispositivo de poder que se coloca como forma de opor-se à repreensão do homem branco que não encontra, na história da política, o lugar do feminino. A própria vereadora assim enuncia: “Me senti discriminada, tanto por usar a camiseta quanto pela estampa e pelo que ela representa.” (KERN, 2017, p.3). A atitude do presidente não foi reconhecida como legítima por assessor do legislativo, que diz, na própria notícia: “O que se pode afirmar é que não há um tratamento específico sobre a indumentária das vereadoras. Não há uma exigência regimental expressa sobre isso”. Também o presidente da Câmara, passados alguns dias, comentou o episódio, dizendo que “se estivesse no comando da sessão no dia do pronunciamento da vereadora Karen Santos, PSOL, não teria chamado a atenção da colega pelo uso da camiseta” (OPPTIZ, 2017, p. 4). Na sequência, iremos trazer elementos teóricos que nos permitam compreender a constituição dessa relação de poder e a circulação do mesmo entre a camiseta e o terno.

Dispositivo e poder

O caminho que escolhemos para aprofundar a reflexão acerca de como a roupa dispara, aciona, mecanismos de resistência, passa pela revisão da noção de dispositivo. Para começar, entendemos que dispositivo traz implicada uma perspectiva de utilidade, de algo que se coloca a serviço de. Talvez esse modo de compreendê-lo venha do mundo vivido onde, em vários momentos, em cerimônias militares, ouvimos subalternos, dirigindo-se ao comandante, dizerem: “o dispositivo está pronto” e o chefe logo ordenar: “prossiga”. Andando pelo começo, encontramos em Agamben (2014, p. 31), que considera dispositivo como um termo técnico essencial do pensamento de Foucault, três significados para palavra presentes em dicionários franceses. Vejamos:

- a. Um sentido jurídico estrito: “o dispositivo é a parte de um juízo que contém a decisão separadamente da motivação”. Isto é, a parte da sentença (ou de uma lei) que decide e dispõe.
- b. Um significado tecnológico: “O modo em que estão dispostas as partes de uma máquina ou de um mecanismo e, por extensão, o próprio mecanismo”.
- c. Um significado militar: “O conjunto de meios dispostos em conformidade com um plano”.

Ele traz a noção de Foucault e a atravessa por conceitos da filosofia metafísica. Faz aproximações, comparações, com o termo *oikonomia* que significa em grego a administração da casa. Mostra o autor que a *oikonomia* coloca-se como práxis, não fica num horizonte epistêmico e se presta para ser posta em prática frente a um problema. O termo foi uma criação do campo teológico cristão quando a igreja sentiu-se ameaçada pelo possível retorno do politeísmo, uma vez que a Trindade das figuras divinas compreende Pai, Filho e Espírito Santo. Teólogos daquela época sustentaram que “Deus quanto ao seu ser é e à sua substância,

é, certamente, uno; mas quanto à sua *oikonomia*, isto é, ao modo como administra a sua casa, a sua vida e ao mundo que criou, é, ao contrário, tríplice” (op.cit.,p.34). Na sua linha de raciocínio, Deus divide as tarefas de administrar com as outras duas divindades, mas sem perder seu poder e unicidade. Diz o autor:

Os teólogos se habituaram pouco a pouco a distinguir entre um “discurso – ou *logos*- da teologia” e um “*logos*” da economia”, e a *oikonomia* torna-se assim o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã (op. cit., p.35).

Nessa separação, a ação pertence ao dispositivo, então o comandante usa o dispositivo para fazer cumprir uma finalidade que é do ser, de Deus. Quando chegarmos em Foucault iremos observar a descontinuidade dessa separação. Mesmo assim, junto com Agamben, consideramos importante buscar os fios que vieram compor essa noção na atualidade.

Ainda no mesmo autor, encontramos a relação entre *oikonomia* e dispositivo estabelecida pelos tradutores, padres latinos. O termo, que Clemente da Alexandria faz se fundir com a noção de providência, que remete a governo salvífico do mundo e da história dos homens, foi traduzido do grego para o latim como *dispositio*.

O termo dispositivo traz a historicidade de sentidos teológicos que não podem ser ignorados nesse contexto de busca da compreensão de como, numa situação discursiva, o modo de vestir é parte de um dispositivo de poder. Mostra-nos o autor que o termo nomeia uma atividade de governo e nunca do ser e “Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir seu sujeito” (op. cit, p. 37).

Feito esse percurso pelos primórdios do termo que chega a nós por Michel Foucault, situamo-nos na sua obra. A arqueologia das ciências proposta por Foucault coloca em pauta a construção de saberes a partir de noções bastante radicais no sentido de que a história das ideias, fosse sobre a medicina, a loucura, a sexualidade, a economia, seguia linearidades, se pautava em cronologia, não fazia desvios além das séries temporais. Para contrapor-se a isso, o filósofo, ainda na década de 1960, mais precisamente, em 1969, lança a Arqueologia do Saber. Obra onde faz operar sobre a história e a linguagem os conceitos ou princípios, se quisermos, de descontinuidade, regularidade, ruptura, arquivo, formação discursiva, acontecimento discursivo, enunciado, discurso, dispositivo e dispersão. Sistematiza o que já estava presente em seus escritos anteriores, como em História da Loucura na Idade Clássica (1961), O Nascimento da Clínica (1963) e As Palavras e as Coisas (1966). A partir disso, traz para o centro o discurso das ciências, como efeito da reunificação de enunciados por uma posição de sujeito constituída nessa busca em diferentes arquivos. Em toda sua obra o poder está configurado numa dupla com saber e isso é, diríamos, um fio que enlaça a construção do filósofo.

A Arqueologia do Saber é a obra onde o autor reúne essa epistemologia já presente em suas reflexões. Sobre essa ruptura trazida para o estudo das ideias, Foucault afirma, na resposta que dá ao Círculo de Epistemologia da Escola Normal Superior², que:

Poder-se-ia dizer, de uma forma esquemática, que a história e, de uma maneira geral, as disciplinas históricas, cessaram de ser a reconstituição dos encadeamentos (situados) além das sucessões aparentes: elas praticam de agora em diante o acionamento sistemático do descontínuo. A grande mutação que as marcaram em nossa época não é a extensão de seus domínios em direção a mecanismos econômicos que conhecem há muito tempo; não é, tampouco, a integração dos fenômenos ideológicos, das formas de pensamento, dos tipos de mentalidade: o Século IX já as havia analisado. É, antes, a transformação do descontínuo: sua passagem de obstáculo à prática; esta interiorização do discurso do historiador que lhe permitiu não ser mais a fatalidade exterior que é preciso reduzir, mas o conceito operatório que se utiliza; ... É preciso aceitar, compreender o que se tornou a história no trabalho real dos historiadores; um certo uso regulado da descontinuidade para análise das séries temporais (FOUCAULT, 1971, p. 14-15).

Voltando à noção que nos move para visitar Foucault, queremos lembrar que a concepção de poder que permeia sua obra funda-se também na dispersão, na descontinuidade, conforme já tratamos em Dorneles (2017). Essa noção está dispersa em seus escritos, talvez o texto *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder*, de 1984, é o que mais condensa a perspectiva do autor acerca da noção e seu funcionamento. O poder se distribui de forma capilar, não há um centro irradiador. Como nos diz o próprio Foucault (1984, p. 8), “O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ela elabora-se, transforma-se, organiza-se, dota-se de procedimentos mais ou menos ajustados”. Ele também faz contraponto ao poder tratado apenas pelo viés dos aparelhos ideológicos. Diz Foucault (1979, p. 160):

Haveria um esquematismo a evitar – esquematismo que aliás não se encontra no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre a outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.

² O Círculo de Epistemologia estava se constituindo, no momento da publicação do número nove dos Cahiers, num dos grupos de vanguarda mais expressivo na conjuntura teórica internacional daquela época, 1968. Dele fazia parte Thomas Herbert, Michel Pêcheux, que nos legou a disciplina de interpretação, Análise do Discurso de linha francesa – AD. A edição do caderno que traz a resposta de Foucault aos membros do Círculo foi a primeira a ter tradução em língua portuguesa. O tradutor foi Luís Felipe Baeta Neves. A Arqueologia do Saber ainda não tinha sido traduzida para nossa língua.

As relações de poder que se estabeleceram entre o presidente da sessão legislativa e a vereadora ocorrem, como já sabemos, num ato de interlocução, quando, ao enunciar: “Não é lícito ao vereador homem subir à tribuna de camiseta e é determinado à vereadora mulher que se vista de forma semelhante”, Valter Nagelstein abre espaço para que, na relação de poder, esse circule na direção inversa, pois cria-se a condição para a vereadora manifestar-se e exercer também o poder contestando o presidente. Isso mostra-nos que não há separação entre o que se diz e o poder que se estabelece entre os envolvidos. A roupa foi o objeto que dispara, que aciona, e vai organizar elementos que entram em cena nessa disputa pela tribuna entre engravatados e usuários de camisetas politicamente identificadas. A relação de poder que poderia estar determinada pelos lugares sociais que cada um dos interlocutores ocupa na Câmara de Vereadores se rompe, uma vez que aqui não estamos buscando analisar a relação sob a perspectiva do poder centralizado, mas o poder disperso, descontínuo que é buscado, acionado, convocado de diferentes discursos, instituições, leis, costumes, a partir da roupa usada pela mulher afrodescendente. Retomamos então o dispositivo, conforme traz Foucault (1979, p. 244):

Aquilo que procuro individualizar com este nome (dispositivo), é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos.

Ainda no mesmo texto, Foucault mostra que a relação estabelecida entre os diferentes elementos que compõem um dispositivo “pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda”. (op. cit. 244) Remetendo ao fato que gera a relação de poder e resistência no legislativo, encontramos o regimento, o costume masculino de uso do terno, a vereadora afrodescendente, o discurso, a autoridade do presidente, como elementos heterogêneos do dispositivo de poder acionado pela camiseta com estampa de um líder negro. O dispositivo de poder, nesse caso, organiza, engendra uma estrutura que pode sustentar aquilo que na prática está posto: a dificuldade de as mulheres chegarem a cargos políticos eletivos e neles se manterem. A roupa faz circular a memória da predominância masculina na política.

Se ainda não houve uma definição acerca de qual é o vestuário adequado para uma mulher ocupar a tribuna é porque há uma prática muda que compõe o dispositivo e isso se coloca como “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244). O autor ainda nos permite dizer que a persistência dessa indefinição funciona numa forma de “ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo *preenchimento estratégico*” (op. cit., p. 245). Toda vez que for necessário articular elementos num dispositivo de poder contra a presença das mulheres na tribuna, o vestuário poderá ser

julgado impróprio ou não, dependendo de quem é essa mulher. Assim se explica a contradição e também a utilidade estratégica da indefinição.

O dispositivo de poder persiste em práticas que objetivam manter a vereadora no lugar de representante de minorias. Não esqueçamos que, na perspectiva do *okonomia* dos gregos, ele não é o ser, “mas um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2014, p. 37).

Ainda com o mesmo autor, cabe-nos dizer que ele nos adverte estar impregnado pela reflexão de Foucault acerca do dispositivo, mas que, a partir dessa impregnação, fará sua própria construção, considerando a existência de dois grandes grupos ou classes: “de um lado os seres viventes (ou, as substâncias), e, de outro, os dispositivos em que estes são incessantemente capturados” (op. cit., p. 39). Com isso, avança para uma definição. Vejamos:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, a disciplina, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, ... (op. cit., p. 39).

Acompanhando o diálogo estabelecido entre Foucault e Agamben acerca do dispositivo, cabe-nos encaminhar a nossa construção. A noção de dispositivo em Foucault é base para o que propõe o segundo filósofo que busca ir além, mas por outro caminho. Entendemos que a proposta desse último nos permite não só colocar a roupa, o vestuário, como um elemento que compõe o dispositivo de poder, mas, até mesmo, considerá-la um dispositivo. Nessa linha, quando a vereadora vai para a tribuna usando a camiseta de Malcolm X, além de desafiar o presidente, ela institui-se numa posição de resistência, ou seja, agencia outros elementos que vem constituir o dispositivo com o qual fará o enfrentamento ao conjunto heterogêneo de normas, leis, discursos que objetivam corpos dóceis, mas num ritual com falhas, onde há espaço para se revoltar e assumir a posição de sujeito na resistência. Desse modo, entendemos que a camiseta usada pela vereadora disparou, acionou, dois dispositivos de poder. Passamos então a analisar a resistência produzida.

Ousar resistir

Para tratar sobre resistência nos mantemos fieis a Michel Foucault. Embora tenhamos uma filiação teórica que concebe as relações de poder pelo viés do Materialismo Dialético, estamos indo pela construção foucaultiana porque temos entendido que é possível essa conciliação. Em Dorneles (2017), tratamos disso a partir da compreensão de que a constituição e o funcionamento do poder propostos em Foucault não se opõem ao poder dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) de Althusser, eles se complementam, pois:

Foi possível pensar Foucault e Althusser juntos. Um fazendo compreender a circulação do poder num movimento rasteiro, capilar; o outro, as relações de poder estatizado que pode muito bem ser efeito de um exercício nos moldes que nos propõe o primeiro (op. cit., p. 220).

Em *Microfísica do Poder*, na entrevista que Foucault concede a Jean-Pierre Borou (J.P.B.) e Michelle Perrot (M.P.), intitulada *O Olho do Poder*, e na *Não ao Sexo do Rei* cujo entrevistador é Bernard Henri-Lévy (B.H.L.), foi onde encontramos resistência tratada de forma explícita. Embora ele mesmo sempre enuncie que não há como separar poder de resistência e, como sabemos, o poder está no centro da sua construção teórica, logo, resistência também ocupa esse lugar.

Na primeira entrevista, enquanto tratam sobre relações de poder no taylorismo, cujo instrumento de controle é o panopticon, M.P. enuncia que “os pensadores desconhecem as dificuldades que encontrarão para fazer seu sistema “pegar” eles ignoram que haverá sempre formas de escapar às malhas da rede e que as resistências desempenharão seu papel”. (FOUCAULT, 1979, p. 225) E logo pergunta a Foucault “o taylorismo algum dia funcionou?” (op.cit., p. 225). Ele responde fazendo-lhe várias perguntas. Vejamos o diálogo:

M.F. Efetivamente, é um outro elemento que torna Bentham³ irreal: a resistência efetiva das pessoas. Coisa que você, Michele Perrot, estudou. Como as pessoas nas oficinas, nas cidades, resistiram ao sistema de vigilância e de registro contínuos? Tinham eles consciência do caráter subordinante, dominador, insuportável desta vigilância? Ou eles a aceitavam como natural? Em suma houve revoltas contra o olhar?

M.P. Houve revoltas contra o olhar. A repugnância dos trabalhadores em morar nas cidades operárias é um fato evidente. As cidades operárias, durante muito tempo, foram um fracasso. O mesmo em relação à repartição do tempo, tão presente no panopticon. A fábrica e seus horários durante muito tempo suscitaram uma resistência passiva que se traduziu no fato de simplesmente faltar ao trabalho. É a história fantástica da Segunda-feira santa no século XIX, dia que os operários param para poder descansar. Houve diversas formas de resistência ao sistema industrial, tanto que, em um primeiro momento, o

³ Jeremy Bentham é o criador do panóptico.

patronato teve que recuar. Outro exemplo: os sistemas de micropoder não se instauraram imediatamente. Esse tipo de vigilância e de enquadramento desenvolveu-se primeiro nos setores mecanizados que utilizavam mulheres ou crianças, portanto pessoas habituadas a obedecer: a mulher a seu marido, a criança à sua família (FOUCAULT, 1979, p. 225).

Na sequência da entrevista, evidencia-se que o contra-poder está sempre presente numa relação de poder, Foucault ressalta que “É preciso analisar o conjunto de resistências ao panopticon em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contra-ofensiva” (op. cit., p. 226). A fala de Michele, corroborada por Foucault, contribui para explicitar a resistência como gerada na própria relação de poder que a dispara.

Na entrevista de Bernard Henry-Lévy, o tema é a relação entre sexo e saber. Nela, Foucault aborda o sexo como ponto fundamental, nas sociedades cristãs, de partida para a busca da verdade. Diz: “Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças teu sexo” (op. cit., p. 225). Na sequência, mostra que durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. E foi um empreendimento, até certo ponto bem sucedido, mas gerou uma relação de resistência. Nas palavras de Foucault, isso está assim enunciado:

“Vocês são apenas o seu sexo”, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e indutor de doença. “Vocês são a doença dos homens”.

Ora os movimentos feministas aceitaram o desafio. Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo, mas em sua singularidade e especificidade irreduzíveis. Tiremos disso as consequências e reinventemos nosso próprio tipo de existência, política, econômica, cultural... Sempre o mesmo movimento: partir desta sexualidade na qual se procura colonizá-la e atravessá-la para ir em direção a outras afirmações. (FOUCAULT, 1979, p. 234)

A tentativa de manter as mulheres na condição de alienação coloca um dispositivo a serviço da suposta superioridade racional masculina. Entre os elementos variados que compõem o dispositivo está o discurso médico, o daqueles que podem conjurar a vida e a morte. Entretanto, a esse dispositivo se produz resistência. As mulheres convocam outros discursos e produzem gestos emancipatórios, os quais lhes permitiram assumir identidades femininas transpassadas pela política. A tentativa de enclausurar as mulheres no corpo sedutor faz com que saiam desses corpos e avancem em direção ao que era considerado território masculino, o mundo da política. Se apenas o corpo servia de alerta, de zona de perigo, agora também a voz feminina na tribuna do parlamento, das praças, dos tribunais, nas reuniões da empresa, nos encontros da academia, passa a ser perigo. Traz ameaça que pode deslocar os corpos masculinos de territórios por eles dominados.

O movimento que tira as mulheres da clausura doméstica e as conduz à tribuna do parlamento tem início, segundo coloca Miguel (2014, p. 19), na Grécia antiga com “a denúncia da dominação masculina ou a afirmação da igualdade moral e intelectual das mulheres”. Embora haja outros acontecimentos discursivos relevantes acerca do tema, ao longo da Idade Média, a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges, é o tratado mais importante para o feminismo, desde 1791, quando é escrito. Olympe faz a adaptação da *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* para o feminino, com alguns acréscimos significativos. Encontramos em Miguel (2014, p. 20):

Assim, o artigo X, que estabelece a liberdade de opinião, é redigido por Gouges como uma garantia de que, já que pode subir ao cadafalso, a mulher pode igualmente subir à tribuna. O artigo XI, sobre a liberdade de expressão, ganha a especificação de que toda mulher pode indicar o nome do pai de seus filhos, mesmo que, para tal, afronte preconceitos. E, em particular, ela inclui uma peroração final, conclamando as mulheres a romper com as ideias da época e a exigir seus direitos.

A importância dessa declaração está no fato de que, a partir da compreensão das próprias mulheres, a igualdade entre homens e mulheres pode ser buscada e conquistada. Em especial, o artigo X que traz implícita a relação entre poder e resistência, segundo a concepção de Foucault. Se a repressão, a pena capital, pode ser aplicada às mulheres, elas podem subir à tribuna para construir seu discurso de defesa.

Para compreendermos melhor essa relação poder/resistência, retornemos a Foucault (1979, p. 241) que, numa das entrevistas, na *Não ao sexo rei*, diz:

B.H.L.: Voltemos a sua política, àquela que você consignou em *A Vontade de Saber*. Você diz: “Onde existe poder, existe resistência.” Você não reestabelece esta natureza que há pouco você queria descartar?

M.F.: Não acredito. Esta resistência de que não é uma substância. Ela não é exterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente... Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

Esses enunciados nos remetem ao ato de represália do vice-presidente da Câmara sobre a vereadora afrodescendente que, resgatando as lutas dos negros e as condições sociais a eles impostas, veste-se de líder negra e toma a palavra para instituir-se num lugar discursivo político, o de vereadora. A presença do negro retoma também a memória escravista que o

colocou fora da casa, na senzala, e usufrui do seu corpo tirando-lhe suor, sangue e prazer. Duas posições estão postas: a do presidente da sessão que, usando da forma de vestir-se da vereadora, tenta mantê-la no lugar que historicamente lhe foi destinado; a posição da vereadora que busca o poder político de uma minoria e para isso veste-se com a roupa usada no cotidiano de suas práticas socioculturais e resgata a história, pela estampa, de um líder negro. A resistência nasce então na relação de poder estabelecida, permitindo a modificação da dominação do costume, da tradição, no vestir-se para poder ocupar a tribuna⁴. Enquanto o presidente usa o dispositivo de poder com elementos da cultura machista e escravagista, a vereadora afronta o estabelecido vestindo-se a seu modo.

Então tomar a palavra e, num espaço político, é empreender movimento que ultrapassa o lugar da mulher “doença dos homens” é praticar, com todas as suas consequências, como diz Rancière (1996, p. 42):

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a designação de um lugar, ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.

A vereadora estreia na tribuna com uma provocação que poderá abrir maior espaço específico ao feminino, no mundo da política. Deslocar a dominação masculina que se estabeleceu e tentar legislar sobre o modo de vestir-se é também uma busca pelo reconhecimento de que há muito a ser visto e ouvido em relação à opressão sobre as mulheres, não só, mas bastante presente, na política. Pois, como diz Rancière (op. cit., p. 77):

Os sujeitos políticos não se identificam nem como “homens” ou agrupamentos de populações nem com identidades definidas por textos constitucionais. Eles se definem sempre por um intervalo entre identidades, sejam essas identidades determinadas pelas relações sociais ou pelas categorias jurídicas.

O texto constitucional e a legislação eleitoral determinam regras para que exista igualdade entre homens e mulheres, porém, as barreiras para que a lei se efetive são de diversas ordens. Quando se refere à política há dificuldades resultantes das condições históricas a que as mulheres foram relegadas. Vimos que todo um dispositivo operou no sentido de colocá-las como seres negativos, capazes de causarem mal aos homens. Assim a constituição da mulher como sujeito político é antecedida pela conquista do reconhecimento de que está em condições de igualdade de direito para participar dos jogos políticos.

⁴ A repreensão do vice-presidente da Câmara acionou discursos que colocam questionamentos acerca de qual a validade dessa atitude, já que não há definição alguma acerca da roupa feminina própria às vereadoras comparecerem às sessões.

As determinações pelas categorias jurídicas não são suficientes, nelas sempre haverá um vazio, uma lacuna, a ser preenchida. Nesse espaço intervalar as relações de poder se estabelecem. E como diz Rancière (op. cit., p. 136),

A comunidade política é uma comunidade de interrupções, de fraturas, pontuais e locais, pelas quais a lógica igualitária vem separar de si mesmo a comunidade policial. Ela é uma comunidade de mundos de comunidade que são intervalos de subjetivação: intervalos construídos entre identidades, entre locais e lugares.

A disputa pelo preenchimento do intervalo aciona discursos e constitui sujeitos políticos que passam a ser ouvidos, que se impõem independente da roupa que usam, pois avançaram além do corpo: conquistaram o direito a voz. A voz da vereadora tentou ser calada pela condenação à roupa que cobria seu corpo, mas o sujeito assume posição pela resistência ao fazer disparar vozes de condenação à atitude do presidente da sessão legislativa.

Considerações finais

Em uma das entrevistas, Foucault (1979) faz não uma condenação aos estudos do poder que tomam o viés althusseriano e sim uma advertência à insuficiência desses para explicar a microestrutura de funcionamento do poder. Frente a uma pergunta de B.H.L. acerca da relação poder/política/aparelhos de Estado e a insuficiência das explicações, Foucault responde dizendo o que fazer para superá-las. Vejamos:

M. F.: Quatro coisas: pesquisar o que pode haver de mais escondido nas relações de poder; aprendê-las até nas infraestruturas econômicas; segui-las em suas formas não apenas estatais, mas infraestatais ou paraestatais; reencontrá-las em seu jogo material (op. cit., p. 237).

Ao tratar do episódio relatado, fizemos algumas dessas coisas, sem, entretanto, desconsiderar que o poder que nele se constituiu objetiva elevar-se, sempre, até a esfera do Estado. Seria possível termos tomado esse caminho para tratar do episódio no horizonte da luta de classes, mas nos interessa aprofundar a constituição desse micropoder do qual cada cidadão e cada cidadã é portador e o faz funcionar desde as relações familiares até as esferas sociais mais elevadas. Mesmo que tenhamos ido por Foucault, entendemos que, no caso em análise, o dispositivo de poder, acionado pelo presidente da sessão, busca colocar o outro, a vereadora, de volta ao lugar social que lhe está reservado na formação social capitalista atravessada por relações de poder de uma classe sobre a outra e por relações socioculturais escravagistas. E agora precisamos explicar que isso não é um gesto de infidelidade teórica a nenhum dos Micheis.

A perspectiva apresentada, como mostramos antes, tem aproximações com a disciplina de interpretação que trabalhamos, Análise de Discurso de linha francesa – AD. Mas tem também distanciamentos. Quando falamos em aproximações, queremos lembrar que partimos de Foucault para noções muito caras à AD. Para qualquer iniciante nos estudos em AD, sempre fazemos retornar a Foucault para compreender a noção de formação discursiva, por exemplo, mas deixando bem marcado que Michel Pêcheux, ao trazê-la de Foucault, faz deslocamentos. O mais significativo deles resulta da epistemologia que está na base da obra de cada um dos filósofos.

Michel Foucault, podemos ver ao longo de sua obra e em fragmentos aqui citados, coloca-se como crítico da teoria althusseriana, os Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs. Não se trata de oposição absoluta ao marxismo, mas de crítica ao fato de Althusser situar as relações de poder apenas no macro da infraestrutura e da superestrutura. Temos entendido certa pertinência nessa crítica em termos pragmáticos de funcionamento do poder nas microestruturas sociais, como mostramos aqui. Entretanto, cabe nos direcionarmos para o outro Michel, Pêcheux, e lá encontrarmos o que nos permite mostrar a ‘causa disso que falha’ em Foucault. Em uma afirmação bastante ácida, Pêcheux situa a base da diferença entre as abordagens, inclusive da resistência. Vejamos em Pêcheux (1995, p. 302):

Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando imprevisíveis os pontos de resistência e a base da revolta de classe. Farei a hipótese que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e consequente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal.

Na sequência, Pêcheux trata da consequência mais abrangente que a postura de Foucault traz para a abordagem da resistência: a impossibilidade de alocar, para além dos indivíduos, do sujeito físico, a relação poder/resistência. Como mostra Pêcheux, para fazer-se isso é necessário conceber que “Se na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história” (op. cit., p.302). Prosseguindo, traz a consideração daquilo que configura o sujeito na AD, o que faz com que esse ultrapasse ao sujeito biológico, ou seja: aquele é um sujeito constituído pelo simbólico, pela história e pela ideologia. Então diz: “E se, em outro plano, a revolta é contemporânea a linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 1995, p. 302).

Retornando às diferenças entre Foucault e Pêcheux na questão da abordagem da resistência e tendo como objeto de análise a repreensão feita à vereadora, dizemos que, na perspectiva da AD, ou de Pêcheux, a relação de poder/resistência se estabeleceu entre duas posições sujeito que coexistem na formação social capitalista, disputam lugares de poder. Nelas estão envolvidos múltiplos discursos que as constituem como sujeitos na linguagem,

logo históricos e ideológicos. A resistência, a revolta, que praticam na infraestrutura é efeito de movimento concreto que circula entre superestrutura e infraestrutura.

E, como, nos lembram Pêcheux e Althusser: “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”. (PÊCHEUX, 1995, p.304) “Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe dominada.” (ALTHUSSER, 1985, p.106). Foucault mostra que ninguém permanece dominado sem reação, mas fala de um horizonte diferente. Olympe de Gauges exortou as mulheres a saírem do seu corpo e se revoltarem; a vereadora Karen mostra uma das formas de fazermos a resistência no Século XXI, de prosseguirmos na eterna luta de classes.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo & O amigo*. Tradução: Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.
- ALMANAQUE DA CULTURA NEGRA. *Personalidades afro que mudaram o mundo*. São Paulo: Discovery Publicações. s/d.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Tradução: Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DORNELES, Elizabeth Fontoura. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Cruz Alta: Ilustração, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. Tradução: Luis Felipe Baêta Neves. In: BAÊTA NEVES, Luiz Felipe; MENDONÇA, Antônio Sergio. (orgs.) *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 9-56.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder*. 1984. Disponível em <http://www.ics.uminho.pt/das/neves/traduções/foucault>. Acesso em 22 jun. de 2004.
- KERN, Luis Augusto. *Estampa de Malcolm X*, Correio do Povo, Política, Porto Alegre, 21 de abr. 2017. p. 3.
- MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLO, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 17-30.
- OPPITZ, Taline. *Apartes*, Correio do Povo, Política, Porto Alegre, 25 de abr. 2017. p. 4.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento: Política e Filosofia*. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

Recebido em: 19/06/2018

Aceito em: 04/08/2018